

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP N. 67540.020701/2025-95

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO PREDIAL NAS EDIFICAÇÕES DA GUARNIÇÃO DE AERONÁUTICA DE GUARATINGUETÁ (GUARNAE-GW).

SUMÁRIO

| | |
|--|---|
| TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES..... | 1 |
| OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA..... | 1 |
| SUMÁRIO..... | 1 |
| DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS..... | 3 |
| 1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO..... | 3 |
| 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia..... | 3 |
| 1.2. Classificação como serviço comum ou especial..... | 3 |
| 2. REGIMES DE EXECUÇÃO..... | 4 |
| 3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA..... | 5 |
| 4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA..... | 6 |
| 5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS..... | 7 |
| 6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS..... | 8 |
| 7. CUSTOS DIRETOS..... | 8 |
| 8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS..... | 9 |
| 9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA..... | 9 |

| | |
|--|----|
| 10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI..... | 9 |
| 11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS..... | 10 |
| 12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO..... | 11 |
| 13. PROJETO EXECUTIVO..... | 11 |
| 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA..... | 11 |
| 15. VISTORIA..... | 19 |
| 16. SUBCONTRATAÇÃO..... | 20 |
| 17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO..... | 20 |
| 18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS..... | 20 |
| 19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS..... | 21 |
| 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO..... | 21 |
| 21. DA SUSTENTABILIDADE..... | 21 |

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (**x**) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

Seguindo as orientações previstas no art. 6º, XXI, da Lei n. 14.133, serão executadas atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do referido artigo.

Seguindo também a Orientação Técnica IBRAOP (*Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas*) OT- IBR 002/2009 Anexo I- “Fluxograma para Enquadramento” os serviços a serem contratados são de natureza simples, pois trata-se de execuções de serviços de conservação, reparação e manutenção nas edificações existentes da GUARNAE-GW.

Sendo assim seguindo as orientações acima citadas, o setor técnico define de maneira nítida e concreta, que trata-se de Serviço de Engenharia.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (**x**) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:

Conforme previsto no art. 6º, XXI, “a”, da Lei n. 14.133, de 2021 os serviços a serem executados nas edificações da GUARNAE-GW, tem por objeto ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens; são padronizados, e de amplo domínio do mercado sobre as técnicas de suas realizações, em face da existência de características padronizadas de desempenho e de qualidade.

Sendo assim seguindo as orientações da referida lei, o setor técnico define que trata-se de Serviço Comum de Engenharia.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

- ☒ (x) empreitada por preço unitário
- ☐ () empreitada por preço global
- ☐ () empreitada integral
- ☐ () contratação por tarefa
- ☐ () contratação integrada
- ☐ () contratação semi-integrada
- ☐ () fornecimento e prestação de serviço associado

A escolha pelo regime de empreitada por preço unitário justifica-se pela natureza dos serviços de manutenção predial, que serão executados sob demanda, em quantitativos variáveis e imprevisíveis ao longo da vigência contratual. Tal regime, nos termos do art. 6º, XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, permite que a Administração efetue o pagamento somente pelos serviços efetivamente executados, conferindo flexibilidade e economicidade à contratação, sem comprometer a qualidade ou a continuidade das atividades de manutenção. Essa sistemática evita o pagamento por itens não demandados e assegura que o valor despendido corresponda exatamente às necessidades reais do órgão, mitigando riscos de superfaturamento ou de desequilíbrio contratual.

A opção pelo julgamento por grupo de itens justifica-se pela necessidade de assegurar maior eficiência na gestão contratual, promovendo a integração entre serviços correlatos e reduzindo riscos de descontinuidade, incompatibilidades técnicas e conflitos entre múltiplos contratados. O agrupamento dos itens guarda pertinência técnica e operacional, possibilitando ganhos de escala, padronização de procedimentos e melhor controle da execução. Ressalta-se que o julgamento por grupo não desnatura o regime de empreitada por preço unitário, pois o valor global do grupo é utilizado apenas como critério de aceitabilidade e seleção da proposta mais vantajosa, enquanto a medição e o pagamento dos serviços continuarão sendo feitos pelos preços unitários de cada item, conforme a demanda efetivamente executada.

No que se refere à caracterização como **serviço continuado**, observa-se que a contratação visa atender demandas recorrentes da Administração, cuja interrupção pode comprometer a adequada manutenção e funcionamento das atividades institucionais. Dessa forma, justifica-se a adoção de instrumentos que permitam a execução ao longo do tempo, conforme a necessidade administrativa.

Adicionalmente, a contratação foi estruturada como **contrato por demanda**, no qual os quantitativos apresentados possuem natureza estimativa, servindo exclusivamente como parâmetro para formação de preços e julgamento das propostas. Assim, **não há obrigatoriedade de contratação da totalidade dos itens**, estando a execução condicionada à efetiva necessidade da Administração ao longo da vigência contratual.

Adicionalmente, do ponto de vista técnico, dentro das especificidades dos serviços constantes em cada grupo, permitirá a execução simultânea dos itens interdependentes para as execuções dos serviços comuns de engenharia, permitindo assim melhor acompanhamento na sequência/etapas de execução e controle dos itens empregados.

Sendo assim fica claro que a Administração busca a forma mais eficiente, dentro dos parâmetros legais, para que o serviço a ser licitado, seja executado de maneira mais vantajosa para a Administração Pública. Desta forma, o agrupamento dos itens não prejudicará a competitividade, tampouco ferirá os princípios balizares da licitação.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Termo de Referência () DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte **justificativa**:

Não se aplica.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (☒) Termo de Referência / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (☒) engenharia, () arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da (☒) ART, () RRT ou () TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, () **NÃO** houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**:

Não se aplica.

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos **NÃO** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte **justificativa**:

Não se aplica.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(☒) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

(☒) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

() FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (☒) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(☒) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

Além da utilização da Tabela Sinapi, foram utilizadas tabelas de referências formalmente aprovadas pelo governo.

As referências de custos citadas abaixo, foram adotadas pelo motivo de não encontrar composições /insumos específicos na tabela SINAPI.

- CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano)
<http://cdhu.sp.gov.br/licitacoes/tabelas-de-composicao>.
- CPOS (Companhia Paulista de Obras e Serviços)
<http://www.fazenda.sp.gov.br/ua/ua.asp?ua=0014884>
- FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação)
<https://www.fde.sp.gov.br/>
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE -SICRO 3
https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/sistemas-de-custos/sicro_antiga/sudeste/sao-paulo/2023/abril/abril-2023
- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS (SIURB-SP)
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/tabelas_de_custos/index.php?p=355179

() contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(x) foi/foram juntadas a(s) (x) planilha(s) sintética(s) e a(s) (x) planilha(s) analítica(s)

() NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(x) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

() foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

(**x**) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

Assim que o processo for restituído para a Administração, os orçamentos serão devidamente atualizados.

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

() foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

() foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(**x**) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (**x**) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(**x**) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do () 1º quartil ou (**x**) médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

() PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

(x) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a modelagem da contratação deve observar os princípios da eficiência, economicidade e adequação ao objeto, sendo facultado à Administração estruturar a forma de medição e pagamento de modo compatível com a natureza dos serviços contratados.

Ressalta-se, ainda, que os custos indiretos relacionados à gestão da empresa contratada já estão devidamente contemplados na composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), especialmente no que se refere à administração central, a qual abrange despesas com direção, planejamento, suporte técnico e administrativo, não vinculadas diretamente à execução local dos serviços.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

() foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (x) INSUMOS e (x) SERVIÇOS.

() NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e aos () SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (x) DESONERADOS ou () NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (☒) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Seguro e garantia: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Risco: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Despesa financeira: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Lucro: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

Não se aplica.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, (☐) SERÁ ou (☒) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

Não houve no orçamento, itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica, que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas, e que representem percentual significativo do preço global do serviço.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

(☐) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

Não se aplica.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(x) FOI juntado aos autos

() NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço unitário, o cronograma físico-financeiro:

(x) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. PROJETO EXECUTIVO

(x) FORAM elaboradas as Especificações de Materiais Equipamentos e Serviços relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

() NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (x) ATESTO que o Termo de Referência e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (☒) CREA e/ou ao (☒) CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(☒) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

(☒) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (☒) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Além da prova de inscrição ou registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia-CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil- CAU/BR, que comprove atividade relacionada com o objeto, apresentam um ou mais atestado (s) onde os serviços foram executados que comprove (m) que a licitante tenha executado para o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal, ou ainda para empresas privadas. Atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, conforme tabela do item 9.41.2 do Termo de Referência.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(x) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o Engenheiro Civil e Arquiteto, comprovação da capacitação TÉCNICO- PROFISSIONAL, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação conforme tabela do item 9.45.1.1 do Termo de Referência.

() SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

“A exigência de quantitativos mínimos não será aplicada à capacidade técnico-profissional, restringindo-se a Administração à verificação da aptidão do profissional por meio de atestado de responsabilidade técnica devidamente registrado no conselho profissional competente. Excepcionalmente, a comprovação de quantitativos mínimos será exigida apenas para fins de aferição da capacidade técnico-operacional da licitante, conforme previsto no item 9.41.2 do Termo de Referência deste instrumento convocatório, em consonância com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a estabelecer requisitos técnicos compatíveis com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, garantindo-se, assim, que a empresa possua experiência prévia compatível com a execução do objeto contratado, sem impor restrições indevidas à competitividade do certame.”

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Não se aplica.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

Diante do objeto da licitação, a administração entende que é impertinente a exigência que as licitantes apresentem tais qualificações, pois a exigência de comprovação de capacidade técnica operacional, é suficientemente satisfatória, pois as referidas comprovações, refere-se aos aspectos típicos da estrutura organizacional da empresa licitante, como instalações, aparelhamento e pessoal técnico.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (☒) FACULTATIVA ou (☐) OBRIGATÓRIA, e o licitante (☒) PODERÁ ou (☐) NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Que conheça as condições locais para a execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos serviços, e ainda assume total responsabilidade, para que o fato da eventual não vistoria no local de realização dos serviços, não alegar quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (☐) NÃO ADMITIU ou (☒) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

A Contratada somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial dos serviços, com a anuência prévia da Administração por escrito nos moldes do artigo 122 da lei 14.133. Para análise da empresa para a qual eventualmente for subcontratada, será exigida a regularidade fiscal, trabalhista, jurídica e qualificação técnica, nos mesmos limites exigidos do licitante vencedor. limitando-se a 25% do valor total do contrato, para os serviços que não compõem as parcelas de maior relevância.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (☒) CAPITAL MÍNIMO ou (☐) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 1% sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Utilizando o estabelecido no artigo 69 da lei 14.133 a administração estabelecerá o percentual de 1%, proporcionais aos riscos relacionados, diante de uma possível inexecução dos serviços contratados, considerando a essencialidade do objeto e a vigência do contrato, a administração precisa identificar a situação real e atual da empresa e seus recursos próprios.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(x) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

A vedação para consórcio no presente processo se aplica em razão de que o objeto desta licitação não se configura de grande vulto ou alta complexidade técnica, mas tão somente uma contratação comum.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será () VEDADA ou (x) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Pretendendo a ampla concorrência e a oferta de melhores preços entre as empresas interessadas a participarem da licitação, a Administração é favorável a participação de cooperativas, contanto que sejam plenamente atendidas as exigências contidas no artigo nº 16 da lei 14.133.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (x) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

Justifica-se a exigência de garantia de execução contratual para os serviços de engenharia, com fundamento no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a necessidade de resguardar a Administração quanto ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

A natureza técnica dos serviços de manutenção de bens imóveis, ainda que caracterizados como intervenções pontuais, envolve riscos inerentes à execução, tais como falhas construtivas, inexecução parcial, atraso injustificado ou descumprimento de especificações

técnicas, podendo ocasionar prejuízos ao erário e comprometer a funcionalidade das edificações públicas.

Nesse contexto, a prestação de garantia contratual mostra-se medida adequada e proporcional para mitigar riscos, assegurar a reparação de eventuais danos, cobrir multas aplicadas e garantir a plena execução do objeto, conferindo maior segurança jurídica à contratação e efetividade à tutela do interesse público.

A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 1 % (um por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

Conforme dispõem o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133 o não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos, autoriza a administração a promover a rescisão do contrato.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(x) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial.

(x) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(x) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(x) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de

sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

Não se aplica.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

| | |
|-------------------------------|---|
| Documento: | TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES (ATUALIZADO) |
| Data/Hora de Criação: | 26/05/2026 11:43:38 |
| Páginas do Documento: | 17 |
| Páginas Totais (Doc. + Ass.) | 18 |
| Hash MD5: | 3b8d52bba36155b937ab4f4c58b68922 |
| Verificação de Autenticidade: | https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura |

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento RENATO MOREIRA GAYOSO no dia 26/05/2026 às 08:58:03 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento ISABELA BASILIO DO NASCIMENTO no dia 26/05/2026 às 09:02:23 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap ALEX MARTINS PAIS no dia 26/05/2026 às 09:02:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento ALEXANDRA D. N. DOS SANTOS ARENHART no dia 26/05/2026 às 09:07:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten FAUSTO JOSÉ RIBEIRO DE BARROS JÚNIOR no dia 26/05/2026 às 09:31:52 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten JOÃO PAULO RIBEIRO BARROS no dia 26/05/2026 às 09:39:34 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO